



RELISE

## PRINCIPIO DA ENTIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE SUA APLICABILIDADE NAS FARMÁCIAS DO CENTRO DE IGUATU-CE<sup>1</sup>

*Felipe do Nascimento Pereira<sup>2</sup>*

*Rafhael Sousa Sena<sup>3</sup>*

*Tayssa Vieira Barreto<sup>4</sup>*

### RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é diagnosticar o nível de conhecimento do princípio da entidade nas farmácias do centro comercial do município de Iguatu-Ce. Em termos específicos, pretende-se caracterizar os participantes da pesquisa, evidenciar a importância da Contabilidade como instrumento no controle patrimonial e verificar a aplicabilidade do Princípio da Entidade nas farmácias. O estudo foi realizado no centro comercial da cidade de Iguatu-Ce entre abril e maio de 2018, no decorrer do 7º semestre do curso. A pesquisa de campo de agosto a novembro de 2018, no decorrer do 8º semestre do curso. A natureza do estudo é básica e seu procedimento é exploratório, possuindo uma abordagem quanti-qualitativa. O público alvo foram as farmácias devidamente registradas na Junta Comercial do estado do Ceará. O instrumento de pesquisa foi um questionário, com questões subjetivas e objetivas. As questões subjetivas estão sujeitas a evidenciar dois primeiros objetivos específicos, as questões objetivas são relacionadas ao terceiro objetivo específico. O processo de tabulação de dados quantitativo se deu através do uso do programa Microsoft Excel, versão 2013, e a análise por distribuição de frequência relativa. As informações qualitativas foram analisadas mediante o método da análise de conteúdo. Como considerações finais, destaca-se a importância para o conhecimento e uso do princípio da entidade, tendo em vista que a discussão teórica é maior do que a sua aplicabilidade.

**Palavras-chave:** Entidade; Aplicabilidade; Contabilidade; Importância; Princípios.

---

<sup>1</sup> Recebido em 15/11/2018.

<sup>2</sup> Faculdade Vale do Salgado. felipenasc6@gmail.com

<sup>3</sup> Faculdade Vale do Salgado. rafhaelsena@fvs.edu.br

<sup>4</sup> Faculdade Vale do Salgado. tayssaprofessora@gmail.com



RELISE

188

## ABSTRACT

The general objective of the research is to diagnose the level of knowledge of the entity principle in the pharmacy firms of the commercial center at Iguatu-Ce. In specific terms, it aims to characterize the research participants, to evidence the Importance of Accounting as an Instrument in the patrimonial control, and to verify the applicability of the Entity Principle in pharmacies. The study was carried out in the commercial center of the city of Iguatu. The period of its development was from April to May 2018 during the 7th semester of the course. The field research, from August to November 2018 during the 8th semester of course. The nature of the study is basic and its procedure is exploratory, taking a quanti-qualitative approach. The target audience were the pharmacies located in the commercial center of Iguatu duly registered in JUCEC. The research instrument was a questionnaire, with subjective and objective questions, where the subjective questions are subject to evidence two of the specific objectives, the objective questions are related to the third specific objective. The quantitative data tabulation process was done using the Microsoft Excel program, version 2013, and analysis by relative frequency distribution. The qualitative information was analyzed using the content analysis method. As final considerations, the importance for the knowledge and use of the principle is highlighted, since the theoretical discussion is greater than its applicability.

**Keywords:** Entity; Applicability; Knowledge; Importance; Principles.

## INTRODUÇÃO

Como ferramenta para direcionar os gestores a gerir as suas entidades foram criados os princípios Contábeis. Constituindo a estrutura de todo o processo contábil, instruindo como a profissão irá posicionar-se diante da realidade social, econômica e institucional admitida pelos postulados contábeis. (MARTINS; IUDÍCIBUS; GELBCKE, 2006). Dentre os princípios, destaca-se o Princípio da Entidade contábil, que esclarece que o patrimônio da entidade distingue-se do patrimônio dos sócios. Entre as empresas de médio e grande porte essa prática é bem aplicada, pois os proprietários não são os gerentes das entidades, o que facilita essa distinção. Em relação a micro e pequenas empresas a situação é diferente, pois o gerente da entidade normalmente é também o proprietário, sendo responsável pela parte financeira e administrativa



RELISE

189

da entidade. Dessa forma o proprietário passa a pensar que a empresa é uma extensão de seu lar, fazendo assim a confusão patrimonial.

Com a não aplicação do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, o patrimônio dessas entidades é gerido de forma errada, pois as despesas e receitas dos sócios são misturadas com as da empresa, tornando os resultados incoerentes. Neste contexto o estudo visou mostrar para os gestores o impacto da não obediência ao princípio da Entidade, evidenciando sua relevância para o desenvolvimento da Ciência Contábil e também da entidade.

Na vida acadêmica esse tema é muito discutido, evidenciando sua importância para o desenvolvimento da ciência contábil. Em relação às micro e pequenas empresas, não há a certeza da sua aplicabilidade, discussão e de conhecimento sobre o tema. Diante deste cenário é levantada a seguinte hipótese: O princípio da entidade é realmente aplicado ou é apenas um conceito discutido teoricamente?

O presente artigo tem como objetivo geral diagnosticar o nível de conhecimento do princípio da entidade nas farmácias do centro comercial do município de Iguatu-Ce. Em termos específicos visa: Evidenciar a importância da Contabilidade como instrumento de controle patrimonial e verificar a aplicabilidade do princípio da Entidade.

O presente estudo está estruturado na seguinte ordem: Resumo, introdução, três tópicos de fundamentação teórica, análise dos dados coletados a partir de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, encerrando-se com a conclusão do estudo.



RELISE

190

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### *A contabilidade*

A Contabilidade é uma ferramenta que auxilia na tomada de decisões das empresas, internamente ou externamente, com uma gama de informação que nela é oferecida desde os tempos antigos (Marion, 2009). É umas das ciências mais antigas conhecidas pelo homem, desde os primórdios ela auxilia na mensuração das suas riquezas, desde estoques de alimentos até suas terras férteis.

Ao longo do tempo a Contabilidade vem passando por alterações que possam ainda mais servir como instrumento em meio à tomada de decisão. Com tamanha quantidade de informações o governo passa a utilizá-la para captar dados e arrecadar impostos, obrigando a Contabilidade na maioria das empresas. “Uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto mar, sem bússola, totalmente à deriva” (MARION, 2009, p. 28).

Para Ludicibus (2010), os objetivos da Contabilidade podem ser sustentados por duas abordagens distintas: a primeira revela que a Contabilidade deve fornecer aos usuários, independente da sua natureza, informações que deveriam satisfazer igualmente a todos os usuários, dos mais variados tipos; a segunda trata da Contabilidade como responsável por apresentar informações diferentes para cada tipo de usuário. Mesmo a segunda abordagem ser a mais usada por alguns autores, ele defende uma terceira tese que diz que a Contabilidade gera um tipo de arquivo básico de informação contábil, sendo que possa ser usada de diferentes maneiras e por diferentes tipos de usuários, cada um com seu propósito para uso da informação contábil. Por mais que a Contabilidade esteja passando por mutações ao longo do tempo, sua principal função é mantida, que é a de fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão, ou seja, por mais



## RELISE

191

que sejam alterados os seus usuários, a sua função permanece inalterada através dos tempos. Mesmo que a informação seja útil ou não para a tomada de uma decisão, a Contabilidade continua com sua função de gerar informação, permitindo ao usuário a capacidade de decidir o quanto isso lhe foi útil.

Sabendo-se que algumas metas principais com o uso da informação de algum tipo de usuário podem ser ao mesmo tempo, metas secundárias ou até mesmo principais de outros, ou seja, a informação pode ser as mesmas usadas por diferentes usuários para diferentes metas, Contabilidade é flexível ao ponto que requer o usuário. Desse modo os usuários da contabilidade são classificados como internos ou externos. Os internos são os usuários que usam a Contabilidade como ferramenta na tomada de decisão, são pessoas que estão dentro da entidade responsáveis pelos processos da mesma, já os externos estão fora da entidade e utilizam as informações da contabilidade para estar ciente sobre a saúde financeira da organização, o objetivo é informar aos interessados acerca da situação da empresa, assim para Ciro Bächtold (2011), podem-se enumerar alguns dos principais usuários da Contabilidade, são esses:

Quadro 1: Usuário da Contabilidade e sua descrição.

<b>USUARIOS INTERNOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Sócios/Acionistas/Investidores	Têm uma parcela da empresa; injetam montantes financeiros, elaboram as estratégias.
Administradores	Fazem a gestão e Contabilidade das empresas.
Empregados	Responsáveis pela produção operacional da empresa da empresa.
<b>USUARIOS EXTERNOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Clientes	Podem ser pessoas físicas ou jurídicas que iram consumir os produtos ou serviços.
Fornecedores	Responsáveis por fornecer as matérias-primas e outros insumos.
Bancos	Entidades financeiras para empréstimos, e linhas de créditos.
Entidades Governamentais	Atua como regulador do mercado financeiro; dita as regras do mercado (legislação).

Fonte: Bachtold (2011)



RELISE

192

### *Os princípios contábeis*

Em 1993 o Conselho Federal de Contabilidade, que é a entidade que regula e fiscaliza a profissão contábil, criou os Princípios Contábeis, por meio das resoluções CFC 750/93 e 774/94, os princípios foram denominados como seguem: Competência; Prudência; Registro pelo valor original; Atualização Monetária; Oportunidade; Continuidade e Entidade (GONÇALVES SANTOS, 2011). Os princípios foram criados com o intuito de servir como uma ferramenta que pudesse guiar os registros de fatos e atos contábeis, a elaboração das demonstrações e parametrizar os processos da Contabilidade, ou seja, os princípios norteiam a execução dos processos contábeis para assim atingir os objetivos dos seus usuários, assim demonstrando a real saúde financeira e econômica da empresa, possibilitando a tomada de decisão correta de seus gestores.

Com a evolução da Contabilidade, em Junho de 2010 a resolução do CFC 750/93 foi atualizada, e de acordo pela resolução CFC 1.282/2010 essas alterações são referentes ao processo de mudanças das normas internacionais de Contabilidade, com essa alteração passou-se a existir apenas seis princípios, pois o princípio da atualização monetária foi revogado e seus efeitos passaram a ser ajustados dentro do princípio do valor original.

Seis anos mais tarde, houve a revogação da Resolução do CFC 750/93, e de acordo com o CFC (Conselho Federal De Contabilidade) em novembro de 2016, o fato da revogação da resolução não extinguiu os princípios contábeis, essa revogação unifica as conceituações a fim de evitar as divergências teóricas que poderiam comprometer as NBCs (Normas Brasileiras de Contabilidade).

Destaca-se que os princípios não foram extintos, e sim que a partir de 2017 eles apenas foram distribuídos em diversos CPCs, sendo assim a partir



RELISE

193

de 2017 passou a valer a Resolução 1.374/2011 – NBC TG Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil e Financeiro.

Após essas duas resoluções, os denominados Princípios de Contabilidade são: Prudência, Competência, Oportunidade, Registro pelo valor original, Continuidade e Entidade. A tabela, abaixo, expõe as suas características (FUTIDA, 2017):

Quadro 2: Princípios Contábeis e sua definição.

<b>PRINCIPIOS CONTÁBEIS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Princípio da Entidade</b>	Certifica-se a autonomia patrimonial, ou seja, a pessoa jurídica é uma entidade separada dos seus sócios, e portanto seus patrimônios não se confundem.
<b>Princípio da Prudência</b>	Devem ser prudentes, em relação às estimativas do ativo e passivo, tendo que devem ser considerados os maiores valores ao passivo e menores valores ao ativo
<b>Princípio da Competência</b>	O objetivo desse princípio é que os registros contábeis sejam contabilizados no momento do acontecimento, independentemente do pagamento ou recebimento.
<b>Princípio da Oportunidade</b>	Refere-se ao processo de apresentações das informações fornecidas pela Contabilidade para produzir informações integras e tempestivas aos seus usuários.
<b>Princípio do Registro pelo valor original</b>	Rege que todo o componente do patrimônio deve ser registrado pelo valor original, pelo valor que foi pago, independentemente do valor dos mesmos no mercado.
<b>Princípio da Continuidade</b>	Pressupõe que a empresa irá operar por tempo indeterminado, tendo isso a mesma deverá fazer seu planejamento para que isso ocorra de forma saudável financeiramente e economicamente.

Fonte: Futida (2017)

### *Princípio da entidade contábil*

Para Favero *et al.* (1997), na Contabilidade, a entidade pode ser um indivíduo, empresa ou uma divisão da empresa, e que essas possam produzir relatórios diferentes para suas despesas e receita na apuração de seus resultados. E que esses tipos de entidade podem ser de aspecto econômico, jurídico, organizacional e social.



RELISE

194

Na visão de Ludícibus e Marion (2002), o Princípio da Entidade é considerado a base para a disciplina da Contabilidade, constituindo o raciocínio dos processos contábeis, esse princípio está diretamente relacionado com o Princípio da Continuidade, pois ele é responsável por definir a permanência ou não das entidades no mercado, de acordo com as mutações em seu patrimônio. Com isso, sem a diferenciação, fazer com que a empresa continue funcionando por tempo indeterminado tempo seria uma tarefa bem mais difícil, pois não existiria a autonomia patrimonial inerente à entidade, confundindo assim seus patrimônios.

Vendrame (1998) explica que além de ser uma conduta legal manter a diferenciação patrimonial, é altamente saudável para a empresa manter distinção das suas despesas e receitas próprias das despesas e receitas dos sócios.

De acordo com Ludícibus *et al.* ( 1998 ), a Contabilidade é realizada e sempre mantida para as entidades como pessoas completamente distintas de seus sócios, entretanto não é apenas essa afirmação como veredito final, tendo que entidade é toda repartição que é capaz de realizar mutações econômicas com seus recursos e que a partir dessa mutações possam adicionar valor à entidade, ou seja, qualquer divisão dentro da empresa ou departamento em uma empresa descentralizada que possa contribuir para o crescimento da receita da entidade maior, tendo que essa contribuição possa ser mensurável através das suas receitas e despesas. Tendo esse conhecimento podemos dizer que o sentido de uma entidade vai além do jurídico.

Ludícibus e Marion (2002) dizem que para melhor planejar e aplicar a Contabilidade, é preciso planejá-la de forma que isso possa fornecer relatórios e demonstrações mais úteis, tem que ser entendida como um sentido econômico, organizacional e de controle, como uma vasta utilização de recursos administráveis, e não só de um sentido mais jurídico, ou seja, o



RELISE

195

entendimento de entidade saindo do micro e partindo para o macro, saindo da base apenas da posição jurídica.

De acordo com Martins *et al.* (2006), não é tão fácil realizar a separação contábil dos patrimônios e suas mutações, e afirma que tal significado desse princípio não explica toda sua extensão para a Contabilidade, ele afirma que o Princípio da Entidade Contábil tem as seguintes dimensões: Jurídica, Econômica, Organizacional e Social. Onde a parte jurídica é justamente essa distinção dos seus sócios, na dimensão econômica temos a evolução da massa patrimonial em termos quantitativos e qualitativos que a Contabilidade precisa acompanhar. Na parte organizacional possui os grupos de pessoas que exercem a função de controlar as receitas e despesas sobre investimentos e distribuições. No sentido social é entendido que a entidade pode ser avaliada não só pela utilidade que se acresce, mas também pelo que contribui socialmente por meio de benefícios sociais.

Destaca-se que, para Ribeiro e Coelho (2014), existem várias naturezas jurídicas às quais a entidade pode estar enquadrada, tais como empresário individual, Sociedade LTDA, em comandita por ações, em comandita simples, entre outras naturezas. Entende-se que as responsabilidades das pessoas físicas envolvendo seus próprios patrimônios são diferentes das responsabilidades que as mesmas assumem em relação às modificações processadas em nome da entidade que seja sócio ou proprietário. Diante dessa situação dependendo do tipo da natureza jurídica à qual a entidade está atrelada, os bens particulares dos sócios podem ser usados para liquidar dívidas feitas em nome da entidade.

Uma forma prática de evidenciar a autonomia patrimonial do patrimônio da empresa diante do patrimônio dos sócios são as obrigações acessórias que são prestadas para o governo em que se apresentam suas rendas de forma distinta entre pessoa física e jurídica.



RELISE

196

## **METODOLOGIA**

O estudo aconteceu no centro comercial do município de Iguatu – CE, o período de seu desenvolvimento transcorreu da seguinte forma: Abril e Maio de 2018 no decorrer do 7º semestre do curso, a pesquisa de campo de Agosto a novembro de 2018 no decorrer do 8º semestre do curso, sintetização das informações colhidas e análise dos dados, organização do projeto final.

O público alvo são as farmácias localizadas no centro comercial de Iguatu, adotando-se como critério de inclusão as empresas no ramo farmacêutico devidamente registrado na JUCEC – Junta Comercial Do Estado do Ceará, tendo também como critério o tempo de atuação no mercado e a posição positiva em querer participar do estudo.

A abordagem do estudo foi quanti-qualitativa, onde tanto dados estatísticos quanto perguntas abertas foram analisadas.

A natureza do estudo é básica e seu objeto em relação ao procedimento é exploratório, onde Kauark *et al* (2010) enfatizam que o caráter de uma pesquisa de tal modalidade é simples e básico onde não necessita estruturar todo um estudo estatístico a respeito para a interpretação dos acontecimentos, o pesquisador tem mais liberdade para pesquisar seus principais alvos e sua forma de abordagem.

O instrumento de pesquisa foi uma entrevista estruturada com questionário, com questões subjetivas e objetivas, onde as questões subjetivas estão sujeitas a evidenciar dois dos objetivos específicos, que são caracterizar os participantes da Pesquisa e evidenciar a importância da contabilidade como instrumento no controle patrimonial, as questões objetivas são relacionadas ao terceiro objetivo específico que é verificar a aplicabilidade do princípio da entidade nas farmácias, abordando situações que mostram a aplicação do princípio da entidade, ou não.



RELISE

197

Com as seguintes categorias: O Princípio Contábil da Entidade é realmente aplicado na prática ou é apenas uma discussão teórica entre os gestores, evidenciando, portanto o grau de conhecimento sobre este princípio e a importância da Contabilidade como ferramenta no controle patrimonial.

O processo de tabulação de dados quantitativo se deu através do uso do programa Microsoft Excel, versão 2013, e análise por distribuição de frequência relativa. Já as informações qualitativas foram analisadas mediante o método da análise de conteúdo.

Buscando atender a nova resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016 que regem as pesquisas envolvendo seres humanos, quanto à pesquisa de campo serão contatados os responsáveis pelas empresas pesquisadas para esclarecimento sobre o estudo, e a partir de sua anuência, será aplicada a pesquisa com os mesmos, com a apresentação dos objetivos, e solicitação de assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Para isso, será garantido ao pesquisado o sigilo em relação às informações obtidas sem influência do pesquisador e de maneira fácil e rápida, considerados todos os aspectos éticos e legais estabelecidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Justifica-se o estudo devido à necessidade de identificar a importância, a aplicabilidade e avaliação do nível de conhecimento do princípio contábil da entidade nas farmácias, possibilitando uma gestão eficiente e adequada o que pode significar o sucesso ou fracasso de uma entidade.

As discussões e resultados foram divididos em categorias, demonstrando cada objetivo analisado. A primeira e segunda categorias foram analisadas com o método da análise de conteúdo, e a terceira a partir de gráficos.



RELISE

198

### *Caracterização dos participantes*

Este tópico evidencia a formação acadêmica dos participantes bem como seu cargo e tempo de serviço na empresa. Abaixo estão elencadas as respostas dos participantes:

*P1: É farmacêutico, sócio e atua há 2 anos e meio no ramo.*

*P2: Omitiu sua formação, é vendedor e atua há 6 anos no ramo.*

*P3: É farmacêutico, atua no próprio ramo e trabalha há 6 meses na empresa.*

*P4: Ensino superior completo é gerente administrativo e atua há 9 anos na empresa.*

*P5: Graduando em Administração, é gerente e atua há 1 ano e 8 meses no ramo.*

Diante das respostas percebe-se que a maioria dos entrevistados tem um nível satisfatório de formação e por tal deduz-se que entendam melhor o que significa a entidade e conseqüentemente saber administrar melhor a empresa. De acordo com Martins et al. (2006) o princípio da entidade tem 3 dimensões: Jurídica, econômica, organizacional e social, e de acordo com os dados analisados essa categoria está inserida na dimensão organizacional, possuindo grupos de pessoas que exercem a função de controlar as receitas e despesas sobre investimentos e distribuições..

### *Evidenciar a importância da contabilidade como instrumento no controle patrimonial.*

Esta categoria traz a visão dos participantes em considerar a Contabilidade como ferramenta importante para o controle do patrimônio da entidade, assim como a assessoria dos Contadores em assuntos tributários e fiscais da empresa. Por último, buscou-se identificar o nível de interesse dos participantes por informações contábeis junto aos seus Contadores.



RELISE

199

*P1: Sim, sim, sim.*

*P2: Omítiu suas respostas.*

*P3: Sim, sim, não.*

*P4: Sim, muito importante; sim; sim, no sentido de tirar dúvidas.*

*P5: De inteira importância, informa sim, ele é altamente conceituado nessa área; buscamos sim, através de ticket e treinamentos.*

A partir das respostas analisadas é perceptível a importância da Contabilidade nas organizações, atuando como ferramenta essencial no controle e gestão das organizações. Pode-se perceber, também, que a maioria busca os conhecimentos necessários dos processos contábeis para internamente ajudar e ter noções no controle patrimonial, atuando como uma extensão do Contador na organização. Para Bächtold (2011), os usuários internos usam a Contabilidade como instrumento para ajudar na tomada de decisão em alguma situação que venha a ocorrer na empresa, tendo assim uma visão inovadora em solucionar problemas ou definir escolhas que acontecem na rotina das empresas. Há diversas situações em que se pode utilizar a Contabilidade, como por exemplo, na qual o administrador/gestor está analisando a abertura de uma nova filial e por meio das análises dos resultados e processos contábeis será decidido se é possível ou não esta escolha e sua viabilidade.

*Verificar a aplicabilidade do princípio da entidade nas farmácias.*

O gráfico abaixo demonstra o nível de conhecimento dos participantes em relação aos Princípios Contábeis.



RELISE

200

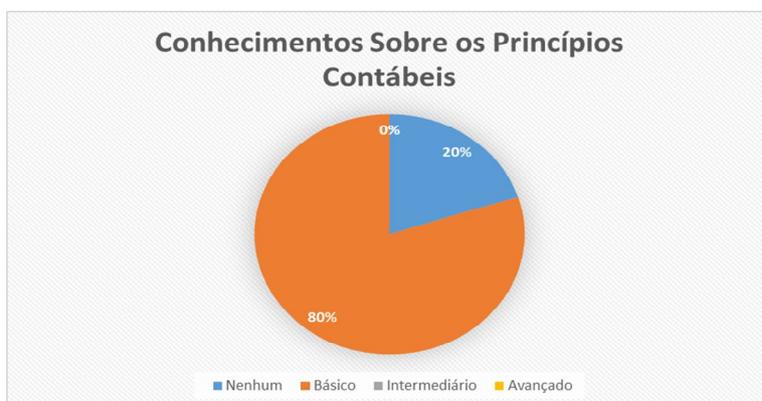


Gráfico 1.

Diante da análise dos dados é possível concluir que 80% dos pesquisados, ou seja, a maioria detém o nível básico em relação ao conhecimento sobre os Princípios Contábeis. Apenas 20% não possui nenhum conhecimento sobre os princípios. Segundo Santos (2011), os princípios foram criados para servir como utensílio que pudesse guiar os registros de fatos e atos contábeis, ou seja, os princípios dão um norte a execução dos processos contábeis assim demonstrando a real saúde financeira e econômica da empresa, possibilitando a tomada de decisão correta em situações dentro da entidade

O segundo gráfico evidencia o conhecimento do gestor em relação à existência do Princípio Contábil da Entidade.



Gráfico 2



RELISE

201

Analisando os dados do gráfico 2, é possível perceber o reflexo em relação ao gráfico 1, em que as empresas possuem conhecimento de nível básico sobre os Princípios Contábeis, e no segundo não é diferente, 80% das empresas detêm conhecimento sobre a existência do Princípio da Entidade e apenas 20% não o conhecem. Segundo Ludícibus e Marion (2002), o Princípio Contábil da Entidade é considerado a base para a disciplina e os processos da Contabilidade, sendo de extrema importância para a entidade continuar funcionando por tempo indeterminado, sem essa diferença patrimonial isso ficaria inviável.

O terceiro gráfico evidencia o conhecimento sobre a importância em diferenciar o patrimônio da empresa do patrimônio do sócio



Gráfico 3

Diante dos dados acima analisados percebe-se que todos os pesquisados possuem conhecimento da importância de segregar o patrimônio dos sócios com o patrimônio das empresas. Na visão de Vendrame (1998), manter a diferenciação patrimonial é uma ação legal e sendo altamente benéfica para a empresa manter essa distinção em relação as despesas e receitas dentro da organização.

No quarto gráfico é questionada a participação do contador na cobrança da obediência ao princípio contábil da entidade.



RELISE

202

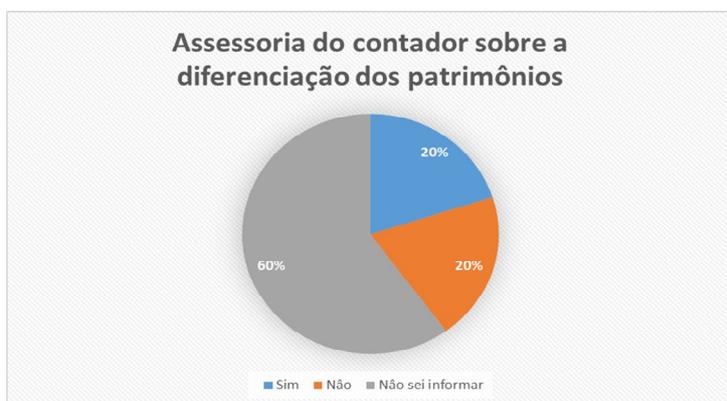


Gráfico 4

Nota-se que a maioria, 60% dos entrevistados, não sabe se essa informação é repassada para a empresa, apenas 20% confirmam, e 20% informam que não é repassada. Diante desse cenário é possível verificar que mesmo não possuindo a certeza de que o Contador informa a necessidade da obediência ao princípio, existe o entendimento da importância e do conhecimento dos gestores da empresa sobre sua existência e necessidade de obediência. Ainda de acordo com Vendrame (1998), a diferenciação não deve ficar apenas na teoria da base legal, e sim aplicá-la na prática para manter a boa saúde econômica e financeira da entidade.

Os gráficos 5, 6 e 7 demonstram a obediência das empresas ao princípio contábil da entidade em determinadas situações em que ocorre a desobediência a este princípio.

No gráfico 5, é enfatizada a situação em que a empresa recorre a empréstimos em seu nome para suprir necessidades pessoais dos sócios. Ficou evidente que nenhuma das empresas realiza esse tipo de transação para suprir qualquer necessidade dos sócios, mostrando assim a aplicação do princípio.



RELISE

203



Gráfico 5.

O gráfico 6 expõe como são registradas as retiradas dos sócios, no exemplo usado podem ser classificadas como pró-labore ou distribuição de lucros. 60% dos entrevistados afirmaram que registram o fato de forma correta, respeitando o Princípio Contábil da Entidade, e a minoria, 40% afirmaram que não sabem informar a respeito dessas situações.

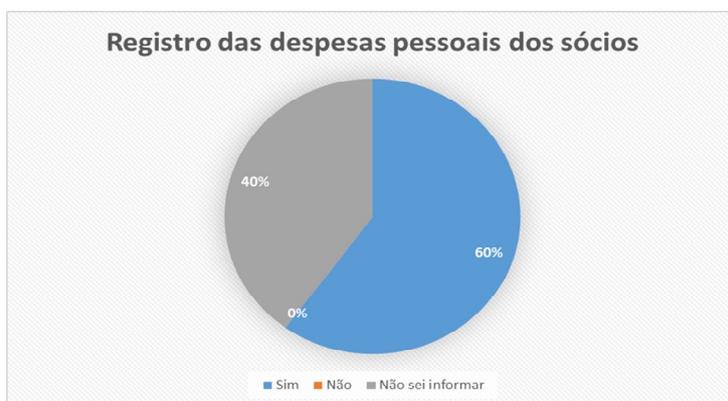


Gráfico 6.

O gráfico 7 expõe a utilização do imobilizado da empresa para necessidades pessoais por parte do sócio. Para as necessidades pessoais, neste caso, pode ser usado como exemplo o uso pessoal de um veículo da empresa pelos sócios. A resposta foi unânime de que o veículo da empresa não é usado em casos de necessidades pessoais. Ainda de acordo com Ludícibus e Marion (2002), o Princípio Contábil da Entidade tem total relação com o Princípio Contábil da Continuidade, onde é reforçado que o uso do



RELISE

204

princípio pode determinar o quanto a empresa irá prosseguir e ficar em desenvolvimento por período indeterminado.



Gráfico 7.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicação do estudo, pode-se analisar os parâmetros para a utilização do Princípio da Entidade nas farmácias do centro comercial do município de Iguatu-Ce, foram caracterizados os participantes da pesquisa, assim como evidenciada a importância da contabilidade para o controle patrimonial e, por último, foi verificada a aplicabilidade desse princípio nas referidas farmácias do centro comercial de Iguatu.

Com a análise dos dados foi possível concluir que a maioria dos participantes detém um nível básico de conhecimento referente ao princípio, apesar de possuírem ensino superior completo e de ser notória a sua aplicabilidade. Todos concordam que a Contabilidade é de suma importância para o controle do patrimônio da entidade, assim como o papel do Contador que os auxilia nesta vasta área fiscal e tributária, tendo em vista que a maioria busca informações para uma gestão mais eficiente dentro da empresa.

Após os resultados encontrados, sugere-se nessa pesquisa que os estudantes de Contabilidade aprofundem seus estudos sobre o Princípio Contábil da Entidade, para que assim o mercado possa assessorar os seus



RELISE

205

futuros clientes de maneira correta, além de enriquecer seus currículos, como também repassar para os demais interessados o seu conhecimento e assim ajudar os gestores e empresários para o desenvolvimento de suas empresas.

Devido a sua grande importância, esse tema deve ser disseminado e mais estudos devem ser desenvolvidos para que o princípio contábil da entidade não fique apenas no discurso teórico.

## REFERÊNCIAS

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**. 1 ed. Curitiba: E-Tech Brasil, 2011.

CONTABILIDADE, Conselho Federal, **Revogação da Resolução nº 750/1993: contexto e considerações**, <<https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/>> Acesso em 15/09/2018

FAVERO, H. L. et al. **Contabilidade: Teoria e Prática**, v.1.2. ed. São Paulo: Atlas, 1997

FURTIDA, Honório. **PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: O QUE MUDOU APÓS A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 750/1993**. 2017 Disponível em: <<http://www.afixcode.com.br/blog/principios-contabeis-revogacao-resolucao-750-1993/#Princ%C3%ADpio%20da%20Entidade>> Acesso em 15/09/2018

GONÇALVES SANTOS, Paula. **APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA EMPRESA EPN**. Disponível em: <<http://www.sinescontabil.com.br/trabalhos/arquivos/2d83e2676b6889f0484b7e38f2c8d00d.pdf>> Acesso em: 15/09/2018

IUDICIBUS, S DE et al. **Contabilidade Introdutória**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 1998

IUDICIBUS, S DE; MARION, J. C. **Introdução a Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2002

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais sociedades**.6.ed. rev. e atual. – 9.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

IUDICIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 4, p.187-206, jul-ago, 2019  
ISSN: 2448-2889



RELISE

206

KAUARK, F.S. da; MANHÃES, F.C; MEDEIROS, C.H, **Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, Eliseu et. Al. **Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações**. 6 Ed. São Paulo: atlas, 2006

RIBEIRO, Osni Moura, COELHO, Juliana Ribeiro. **Princípios de Contabilidade - Comentados** - 1ª Edição. Saraiva, 02/2014.

TAFNER, José; SILVA, Antônio C. da; WEIDUSCHAT, Íris. **Normas para Apresentação de trabalhos acadêmicos: módulo III**. 3. ed. Indaial: Asselvi, 2004.

VENDRAME, A. C. F. **Contabilidade Geral: Uma nova maneira de aprender**. São Paulo: LTR, 1998.